

AS LETRAS E A DISCIPLINARIZAÇÃO DO OBJETO LIVRO: UMA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS?

LETTERS COURSE AND THE DISCIPLINARIZATION OF BOOK AS AN OBJECT: A HISTORY OF LINGUISTIC IDEAS?

Phellipe Marcel da Silva Esteves¹

Universidade Federal Fluminense

Iuri Pavan²

Núcleo de Estratégias e Políticas Editoriais

Resumo: Neste artigo, esperamos estabelecer as bases epistemológicas com que pretendemos trabalhar em algumas de nossas próximas pesquisas e projetos, numa perspectiva que temos designado História Discursiva dos Livros (HDL). Essa perspectiva atuará como visada da Análise Materialista do Discurso (de autores da tradição fundada por Pêcheux), mas também recuperando e atualizando ideias no entremeio de outros lugares de saber, como a História das Ideias Linguísticas, a História do Livro, a Epistemologia e outras regiões dos Estudos de Linguagem e da História. Para este pontapé, traremos como material de análise o modo como o objeto livro vem sendo disciplinarizado Brasil afora, comparando distintas grades curriculares de cursos de graduação que lidam com esse objeto, focando nas graduações em Comunicação Social e Letras. Essa problemática incide diretamente na constituição da HDL, uma vez que não é incomum a circulação de enunciados como “livro não é objeto da ciência X”, o que reverbera, por exemplo, em aceites ou reprovações de artigos em periódicos, em reformas curriculares, em ofertas de cursos de pós-graduação e mesmo em (más) avaliações por parte das agências de fomento.

Palavras-chave: livro; discurso; história; ideias linguísticas.

Abstract: On the next pages, we expect to establish epistemological basis over which we intend to work on our next researches and projects, in a perspective that we have been calling Discursive History of Books. This perspective will act as a Materialistic Discourse Analysis (over Pêcheux’s tradition) point of view, also recovering and updating ideas from the in-between of other knowledge instances, such as History of Linguistic Ideas, Book History, Epistemology and other regions of History and Language Studies. In order to accomplish this kick-off, we analyze a material that shows how the book object has been disciplinarized in Brazil and abroad, comparing different school programs of undergraduate courses that deal with this object, emphasizing the roles of Communication and Letters courses. This issue concerns directly the constitution of a Discursive History of Books, since it is not uncommon to hear utterances such as “the book is not an object of this or that science”, what echoes, for example, on the admission of articles by academic journals, on curriculum reforms, on graduate courses offering and even on (bad) evaluations by science development agencies.

¹ Possui bacharelado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007), licenciatura em Língua Portuguesa pela Universidade Candido Mendes (2008), mestrado em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010), doutorado em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (2014) e residência em pesquisa na Fundação Biblioteca Nacional (2014-2016). Atualmente é professor adjunto da UFF, além de exercer os ofícios de edição e tradução. E-mail: phellipemarcel@gmail.com.

² Especializando em Edição e Gestão Editorial pelo Núcleo de Estratégias e Políticas Editoriais (Nespe) e pelo Centro Universitário Ítalo-Brasileiro (UníItalo) e bacharel e licenciando em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). E-mail: iuripavan@gmail.com.

Keywords: book; discourse; history; linguistic ideas.

Submetido em 28 de agosto de 2020.

Aprovado em 05 de setembro de 2020.

Porque a frase, o conceito, o enredo, o verso
(E, sem dúvida, sobretudo o verso)
É o que pode lançar mundos no mundo. (VELOSO, 1997).

[...] a história das escrituras nos prova que, diante do problema da conservação das mensagens, não há qualquer solução inata, definitiva ou perfeita. A memória das sociedades é, hoje, conservada graças às diferentes soluções [...] (CALVET, 1996, p. 273, tradução nossa).³

A invenção do tipo móvel transformou o universo mental do homem? (DARNTON, 2010 [1990], p. 148).

Da apologia ao esquecimento da escrita à biblioclastia

SD₁:⁴ “*Esqueçam o que escrevemos no passado, porque o mundo mudou e a realidade hoje é outra.*”, em reportagem de João Carlos de Oliveira e Antonio Carlos Seidl para a *Folha de S.Paulo* (5 maio 1993), com uma reprodução de enunciado atribuído ao então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

SD₂: “*Esqueçam o que escrevi.*”, em reportagem para a *Folha de S.Paulo* (13 out. 1996), recuperando o enunciado supracitado, mas já parafraseado, no título da matéria, “*Esqueçam o que escrevi é polêmica até hoje*”.

SD₃: “*Usou o professor Fernando Henrique Cardoso, que era um político, até aquela ocasião, de oposição. E ele deu uma declaração, quando tomou posse: ‘Rasguem meus livros e esqueçam o que eu disse’.*”, em reportagem para a *Agência Estadão* (1º out. 2002), com enunciado do então presidente Anthony Garotinho (PSB) comparando Lula a Fernando Henrique Cardoso, em 2002.

Este artigo, a tentativa de apresentação de um projeto de pesquisa em Análise do Discurso, já se inicia com a exibição de sequências discursivas, numa breve análise que pode

³ No original: “[...] l’histoire des écritures nous prouve que, face au problème de la conservation des messages, il n’y a aucune solution innée, définitive ni parfaite. La mémoire des sociétés est aujourd’hui conservée grâce aux différentes solutions [...]” (CALVET, 1996, p. 273).

⁴ Usamos a sigla “SD” para nos referirmos a sequências discursivas, tomando-as como recortes de totalidades textuais orais ou escritas ilusórias, em geral de tamanho igual ou maior do que uma frase, passíveis de dessintagmatização para observação dos processos discursivos subjacentes. Nesse sentido, acompanhamos Courtine (2009, p. 55), mas deslocamo-nos um pouco dele, uma vez que consideramos que as sequências não necessariamente são iguais ou maiores que as frases. Às vezes, são partes delas. É o próprio autor que dirá: “os procedimentos de segmentação, que acabam por atribuir uma forma determinada a uma sequência, também são, portanto, variáveis” (2009, p. 55). Usamos essas mesmas sequências em outro texto, no prelo, um verbete num livro decorrente das pesquisas do Grupo Arquivos de Língua.

nos adiantar algo sobre o estatuto simbólico do objeto livro no Brasil, tomado como decorrente de gestos de leitura e de escrita. Vamos pensar aqui, aos moldes de Eni Orlandi (2001 [1993]), em como enunciados empíricos vão ganhando contornos e materialidades alternativas, de modo a se conformarem a discursividades outras (no caso do estudo de Orlandi, trata-se do enunciado fundador “Nesta terra, em se plantando tudo dá”, que figura como paráfrase de “Querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo”, da *Carta de Caminha*).

Ao longo de sua história, enunciados mudam de forma, vão se conformando ao discurso a que podem e devem pertencer, aos efeitos de sentido que podem e devem produzir. Tomamos, assim, os enunciados acima, reproduzidos em SD₁, SD₂ e SD₃. Trata-se de um relato sobre uma suposta fala. Não se sabe nem nunca se saberá o que o então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso declarou, em 1993, quanto a esquecer, rasgar e destruir o que teria dito, escrito ou publicado em seu passado como sociólogo progressista (de esquerda). Contudo, mesmo que jamais se saiba, o tempo vai passando, e, de 1993 a 2002, há um trajeto de leituras que reconstituímos acima com três recortes jornalísticos, que vão fazendo os sentidos migrarem do esquecimento de uma escrita datada para uma escrita em geral e, finalmente, para uma escrita publicada. Em outras palavras, uma das primeiras ocorrências de que tivemos notícia do enunciado que vai migrando de forma dá conta de um pedido (SD₁), no imperativo, do então ministro da Fazenda para que as pessoas esqueçam o que ele e outros teriam escrito no passado, em virtude de uma mudança no mundo. Na SD₂, esse enunciado se transforma: de primeira pessoa do plural, assume a primeira do singular; a oração causal iniciada com “porque”, que fornece as circunstâncias para o pedido de esquecimento, é completamente apagada. Na SD₃, altera-se a temporalidade em que a fala se dá – de uma fala do ministro FHC para o FHC em sua posse como presidente –, e o imperativo “Esqueçam o que escrevi” se desdobra em dois: “Rasguem meus livros e esqueçam o que eu disse.” Sentidos que vão de um incentivo a se ignorar uma escrita intelectual para um estímulo à biblioclastia e ao esquecimento da fala.

Essa breve análise tenta dar conta do seguinte: na sociedade brasileira, os livros são predominantemente tomados como patrimônio intelectual, como da ordem daquilo que deve ser inesquecível, algo como um objeto especial que reúne o máximo da intelectualidade de um sujeito empírico. Isso se comprova no percurso parafrástico mostrado: se já soa absurdo que um ministro da Fazenda peça que sua produção verbal pregressa seja esquecida dada a conjuntura contemporânea, o absurdo só faz crescer se esse clamor é lido como um pedido de

esquecimento e destruição dos livros escritos por um presidente no passado. Soa cínico, falso, imoral.

Esse é um dos motivos pelos quais pensamos ser necessário incluir com maior consistência, na região epistemológica da Análise do Discurso (AD), o objeto livro. O caráter simbólico de objeto especial do livro não é, porém, privilégio ou especificidade do Brasil (o que podemos e iremos discutir em artigos futuros). Não é desde Saussure que se fala da oposição *fala* × *escrita* – por exemplo, na *Gramática geral e racional*, de Arnauld e Lancelot, de 1660, já consta uma longa diferenciação entre aquilo que se fala e aquilo que se escreve –, mas o linguista genebrino já tratava da prevalência da segunda sobre a primeira (SAUSSURE, 1916, p. 35-36). Em nossa interpretação, tal prestígio da escrita em relação à fala, em Saussure, vai sendo constituído historicamente, e a figura do livro é determinante para que a escrita, mais antiga que a imprensa, se distancie de mera representação da fala. Neste artigo, buscamos estabelecer como a AD pode ser beneficiada ao se aprofundar na materialidade do objeto livro, tendo ainda de (re)interpretar outras disciplinas.

1. Um objeto

Nosso objeto teórico consiste no *livro* como *discurso* e, nesse sentido, se aproxima de uma história da escrita e também da própria História das Ideias Linguísticas. Esse pontapé prevê pensar como os livros se constituem, são formulados e circulam nas distintas formações sociais, como três processos de produção do discurso (ORLANDI, 2005). Alguns dos interesses do projeto que ora apresentamos são como esses objetos podem dizer, por exemplo:

- a. da produção discursiva do conhecimento – visto que, por um longo período na história das ideias, os saberes científicos foram (e ainda são) legitimados em livros, muitas vezes com um status quase de exclusividade;
- b. dos processos econômicos – por exemplo, é quase infável que, no campo do trabalho com os livros, se fale de *mercado editorial* em vez de *sistema editorial*, o que incide sobre a maneira como se entende que é, ou deve ser, o modo de produção e circulação de livros;
- c. das formações ideológicas – a saber, os livros reproduzem e/ou se deslocam diante de evidências em circulação nos aparelhos de Estado; e
- d. das tecnologias – como as transformações técnicas nas formações sociais reverberam sobre a produção dos livros, resvalando em outros modos de leitura.

Além disso, é possível pensar na questão do trabalho no capitalismo, conforme já propusemos (ESTEVEVES, 2015; ESTEVEVES; MATTOS, 2016), bem como em elementos do discurso dos livros que não raro são negligenciados e tratados como a-históricos, como o modo de intitulá-los (por exemplo, ESTEVEVES, 2018).

Não exploramos todos esses objetivos neste artigo, mas os sinalizamos para demonstrar como isso que estamos chamando de História Discursiva dos Livros (HDL) prevê uma série de entradas e de saídas, podendo facilmente se encerrar tanto num breve texto ensaístico como numa pesquisa que leve a vida inteira. A HDL prevê, entre muitas outras coisas, a interlocução entre modos de autoria e leitura, função editor e tradutor, discurso materializado linguisticamente e discurso materializado de outras formas, como imagética (em impressos e outros funcionamentos) e plasticamente (lembrando que a escolha do papel com que um livro será impresso também não é inocente, mas atravessada por discursos, ideologias e economia, haja visto a história das legislações tributárias sobre o papel no Brasil e no mundo).

Nesse sentido, nos sentimos compelidos a fazer, nas palavras de Jacques Guilhaumou (2009, p. 38) “análise do discurso do lado da história”, que tradicionalmente se orienta “para uma abordagem, ainda que fortemente ligada ao estudo dos usos lexicais, que se amplia para o campo de uma história social das representações positivas e negativas, de sua inserção em um senso comum, como condição da intercomunicação humana” (2009, p. 38-39). Tal viés ainda mais historicizante da AD é intensificado, neste trabalho, por nosso entrecruzamento contraditório – e produtivo – de História das Ideias Linguísticas e História do Livro, ambas extremamente afetadas pela *École des Annales* (FÁVERO; MOLINA, 2004). Entre essas disciplinas, podemos encontrar grandes compatibilidades, sobretudo em relação à “nova articulação entre a estrutura cultural e a social” que produzem, enxergando-as como um “*palácio de espelhos*, buscando delinear circulações e enraizamentos, como uma verdadeira *história cultural*, em busca não só das idéias, mas de seus reflexos e interpretações” (2004, p. 139).

2. Articulações possíveis

Já partindo para as possíveis articulações, queremos salientar a relação entre língua, escrita e livro. Segundo Sylvain Auroux (1992, p. 51), a gramatização dos vernáculos europeus e a invenção/proliferação da imprensa fazem parte de uma mesma revolução técnico-científica. O sucesso das gramáticas como instrumentos de extensão (forte, violenta e

neutralizadora) das línguas seria tributário de sua circulação em livros: mais baratos e podendo ser reproduzidos muito mais facilmente que com o recurso dos copistas medievais, esses objetos circulam mais, mesmo numa sociedade majoritariamente analfabeta.

Com a imprensa, o fenômeno da escrita da língua muda de dimensão. Um livro assim não é o mesmo tipo de objeto cultural que um rolo de pergaminho antigo ou um manuscrito medieval. Com o advento da imprensa é sintomático ver desaparecer o escoliasta como o tipo de sábio antigo medieval. A escrita manuscrita tende a polarizar a atenção na operação da cópia. [...] A ortografia, a pontuação e a regularização da morfologia concernem aos impressores tipográficos (com ou sem o concurso dos autores e dos gramáticos, e mesmo contra eles) inicialmente no seio de cada ateliê, depois para todos que trabalham na mesma língua: a difusão do livro impresso impõe, então, a constituição de um espaço ilimitado no qual cada idioma, liberado da variação geográfica, se torna isótopo. (AUROUX, 1992, p. 51-52).

O tão conhecido efeito de padronização gramatical (e linguística) que a História das Ideias Linguísticas vem investigando, atravessada pela Análise do Discurso, talvez não fosse tão bem-sucedido sem que os livros tipográficos tivessem sido a materialidade própria de circulação gramatical. Arriscamo-nos, para além disso, que há algo da ordem de uma constituição de uma ideia gramatical, de padronização, que remete à imprensa. Conforme afirma Auroux acima, a regularização ortográfica, diacrítica, de pontuação não necessariamente é sustentada por posições de gramáticos, mas consiste em efeitos teóricos da prática dos impressores, dos montadores gráficos, dos responsáveis pelo encaixe dos tipos na máquina impressora. Ainda que a despeito dos autores e dos gramáticos.

Uma das obras que fundam e renovam o domínio conhecido como História do Livro, *O aparecimento do livro* (FEBVRE; MARTIN, 2017 [1958]), já antecipava Auroux nesse sentido:

A imprensa, que favorecera o desenvolvimento da Reforma [Religiosa], desempenhou igualmente um papel essencial na formação e na fixação das línguas. [...] Há, portanto, unificação no seio de áreas linguísticas bastante vastas. Há fixação mais ou menos rápida, no interior dessas áreas, das línguas que são ainda hoje as línguas nacionais. Há, em breve, fixação da ortografia que corresponde cada vez menos à pronúncia e complica-se, às vezes, em contato com línguas antigas. (FEBVRE; MARTIN, 2017 [1958], p. 427).

Não nos arriscaremos a dizer que a imprensa *forma* línguas – no sentido de forma material do discurso –, mas, numa visada histórica, *dá forma* a elas, fixando-as. Em áreas geográficas heterogêneas na paisagem europeia, o livro contribui e concorre para o contato de uma (forma de) língua com outra, estabelecida, impressa em objetos com exemplares mais ou menos numerosos, que vão crescendo em prestígio, dado o passado recente glorioso dos

incunábulo, objetos exclusivos das classes dominantes. O livro tipográfico seriado, objeto material que faz lembrar o livro medieval, é beneficiado simbolicamente por essa aparência. Tratando das transformações sofridas pelo alemão, Lucien Febvre e Henri-Jean Martin também abordam o sucesso das línguas literárias em virtude da imprensa. Ainda que, antes da invenção dos prelos, já surgisse uma língua comum, produto de intelectuais, filólogos, filósofos etc., ela é restrita sem a imprensa:

Já na segunda metade do século XV, antes que a arte tipográfica pudesse fazer sentir seus efeitos, vemos nascer um sistema de formas e uma ortografia que uma importante categoria de homens cultos considera o tipo certo da língua literária e que pode ser considerada como a base do alemão moderno. § Mas, com a ajuda da imprensa, Lutero desempenhará, nesse ponto, um papel decisivo. [...] procura as palavras nos falares populares da Média e da Baixa Alemanha, mas são o turingio e o saxão que lhe fornecem o essencial de seu vocabulário. § Assim, Lutero dá forma a uma língua que, em todos os domínios, tende a aproximar-se do alemão moderno. [...] a imprensa multiplica os escritos nessa língua [...]. (FEBVRE; MARTIN, 2017 [1958], p. 430-431).

Portanto, com o objeto livro, há ao menos três fenômenos (linguísticos) em coocorrência à revolução técnica da impressão: (a) a regularização ortográfica sem o controle direto de gramáticos; (b) a *ampla* – ou a *amplificação da* – circulação de determinadas formas linguísticas escolhidas a figurarem impressas, sobrepondo-se a outras formas linguísticas e as neutralizando e/ou afetando; e (c) a concepção de uma ou mais línguas literárias, ou seja, um processo de estetização das formas linguísticas (faladas ou escritas) consideradas mais belas por alguns, embora não por outros.

Se a divisão tradicional entre história e pré-história é baseada, em certa medida, em algum marco de surgimento de alguma escrita (nunca aleatoriamente, sempre determinado, mas também não absoluto), é o livro como resultado de revolução técnica – o livro como meio cultural, como passível de reprodução em série e relativamente automatizada – que permite a reflexão científica, disciplinar, teórica sobre esses estágios, fazendo a História se voltar a si mesma. Os paradigmas grafo e logocêntrico (centrados na escrita e na palavra) são dominantes na história do conhecimento até bem recentemente (cf. BURKE, 2003 [2000], p. 21). Eles fazem com que as disciplinas, sobretudo das Ciências Humanas, concentrem seus esforços e sua exaustividade na escrita (e, na escrita, naquilo que é linguístico), marginalizando, assim, a leitura de imagens e daquilo que não está escrito, mas que é falado. Criticável que seja, essa preferência leva ao efeito dominante de que, na sociedade contemporânea, tanto ciência quanto artes se consolidam e se legitimam em e por livros. Segundo Émile Benveniste (2014 [2012/1969], p. 127), “Vivemos na civilização do livro, do

livro lido, do livro escrito, da escrita e da leitura. Nosso pensamento está, em qualquer nível, constantemente informado pela escrita”. Os livros foram – já foram mais, mas ainda são – os objetos privilegiados em que isso se dá. Peter Burke chega a comentar sobre o que chama de “geografia das bibliotecas” (2003 [2000], p. 66ss) para se referir a como a distribuição regional das bibliotecas mundo afora determina a circulação de conhecimentos. Ao menos, diríamos discursivamente, de discursos epistemológicos que vão dominando discursividades, convivendo com e/ou substituindo outras epistemes, artes, letras. Assim, poderíamos afirmar que alguns saberes de alguma Europa vão se multiplicando e se encontrando com outros saberes por meio não apenas da expansão marítima, mas também da circulação de livros além-mares.

No Brasil, embora a história seja diferente, não se está aliado da revolução tecnológica que o livro e a escrita constituem. É também sentido dominante – e institucional –, na história do país, que eles se aproximam do poder. Não é à toa que as línguas gerais faladas no Brasil são proibidas em condições de produção que colocam a hegemonia escrita do português sob risco (MARIANI, 2004),⁵ culminando no Diretório dos Índios, de Marquês de Pombal (1755-1757), que faz com que a língua geral e as línguas de diferentes etnias indígenas sejam proibidas.⁶ Além do mais, a importância simbólica da escrita é tão patente que, mesmo depois da substituição do tupi como língua geral pela língua da Metrópole, em diversas discursividades do século XIX (literatura, historiografia, etnografia etc.) se busca uma normalização, uma fixação da ortografia do tupi quando incorporado em materialidades escritas, seja em poemas, romances, documentos científicos etc. (DAHER, 2012, p. 180).

⁵ Para Bethania Mariani (2004, p. 141, grifo da autora), “pela primeira vez na história das colônias do Novo Mundo, uma língua indígena se desloca do contexto das relações de poder leigo constituído nas línguas europeias. Ao mesmo tempo e paradoxalmente é importante lembrar que se trata de uma língua indígena gramatizada pelos jesuítas, o que vale dizer domesticada pelo aparato de descrição gramatical europeu e pela conversão dos sentidos culturais nela inscritos. Trata-se de uma língua não europeia possuindo os mesmos meios – dicionários, gramáticas, documentos escritos – que podem permitir a produção de leis escritas, a compilação de dados sobre a natureza, a sistematização de memórias, a produção de literatura, enfim, a constituição de uma nação *civilizada* outra, diferente e independente”. Trata-se, portanto, de uma ameaça ao processo de colonização. O poder linguístico da Metrópole sobre a Colônia não é absoluto; no caso de uma escrita, não produz nem mesmo a ilusão de controle pela primeira.

⁶ “Observando pois todas as Nações polidas do Mundo, este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que **só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam.** Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer **nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa**, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado” (MELO, 1755, [negritos nossos]).

Também não é à toa que, até certo período, o monopólio da imprensa seja do Estado e mesmo esse monopólio só chegue ao Brasil com a fuga dos colonizadores aristo-escravocratas de Portugal para o Rio de Janeiro, em 1808 (SODRÉ, 1977, p. 22); ademais, Nelson Werneck Sodré (1977, p. 33) também defende a hipótese de que a imprensa não estatal no Brasil surge tardiamente por ausência da classe burguesa: pouco há investimento na imprensa (e, por conseguinte, em livros) no imediatamente pós-1808, e não apenas por proibição. É só na década de 1820 que há empreendimentos capitalistas no sistema editorial (SODRÉ, 1977, p. 42), o que diz de uma preocupação inicialmente estatal com a imprensa no Brasil, que só vai crescer no seio burguês-capitalista na posteridade.⁷ Para pensar o livro como discurso no Brasil, soma-se a isso tudo a iniciativa, na ditadura de Getúlio Vargas, de se criar, por meio do decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, o Instituto Nacional do Livro, a quem caberia, conforme o artigo 2º, “incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional”, entre outras coisas. Tem-se, assim, uma política pública brasileira que se coaduna com aquilo que Peter Burke chama de geografia do conhecimento.

Uma História Discursiva dos Livros no Brasil deve levar a sério tais condições de produção e surgimento desse objeto, considerando o enorme e heterogêneo espaço brasileiro, seus embates com os demais sistemas editoriais (europeus, sul-americanos, norte-americanos etc.) – donde surgem, inclusive, traduções –, a atuação de políticas públicas e de setores empresariais como parte do aparelho ideológico de Estado etc. Além disso, deve-se atentar à historicidade do livro: seus elementos vão se transformando não apenas ao longo do tempo, mas também mediante suas inscrições em distintas formações discursivas – até aí, nada de novo para a Análise do Discurso. Ainda, é necessário conhecer as bases sobre as quais o livro já é estudado no país. É necessário conhecer seus processos de disciplinarização. Nas palavras de Scherer (no prelo),

disciplinarizar tem a ver com um regime de uma certa determinação, organização, normatividade, pois uma matéria e um conteúdo não são da ordem da evidência e, por isso mesmo, são por demais difíceis de mudar, alterar, alternar e assim poder funcionar em um outro e mesmo lugar. Ao nosso ver, disciplinarizar diz respeito a todo o processo de seleção

⁷ Por outro lado, historiadores têm chamado a atenção para as atividades de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro de 1747. Fonseca vem sendo considerado o primeiro editor-impressor a instalar oficina tipográfica no Brasil, o que talvez mostre um interesse prévio, possivelmente pouco expressivo à época, na exploração econômica da Colônia. Porém, no mesmo ano, ao ter notícia da sua operação, a Corte expediu uma Resolução do Conselho Ultramarino e uma Ordem Régia exigindo o confisco dos seus instrumentos de trabalho. Se observamos uma preocupação sobretudo estatal com a imprensa em 1808 e nos anos posteriores, a proibição de 1747 sugere, com 61 anos de antecedência, certa interdição do capitalismo editorial em território lusitano. Para mais informações sobre Antônio Isidoro da Fonseca e seu legado, cf. BRAGANÇA, 2009.

(no jogo do real e do imaginário) de matéria e conteúdo para autorizar uma instituição x, y e ou z a sustentar um imaginário sobre o que é uma formação e dela poder ser considerada e ter-se uma titulação (Fulano de tal é formado em Letras! - Matéria, conteúdo, carga horária, validação de aprendizagem, estágio curricular etc.).

Assim, à HDL cabe se perguntar onde está o livro. Onde está o livro no conjunto de disciplinas, de cursos, de instituições científicas brasileiras? Como ele vai ocupando os currículos? Mais do que isso: como as Letras vão ocupando as discursividades em torno das quais o livro vai sendo disciplinarizado? E uma pergunta possível: como a AD poderia contribuir para uma História do Livro?

3. Um interesse

Robert Darnton, como especialista no objeto aqui abordado, tenta definir os interesses da História do Livro:

A história do livro se interessa por cada fase desse processo [o circuito completo de transmitir mensagens, passando-as do pensamento para o texto, do texto para a letra impressa e de novo para o pensamento] e pelo processo como um todo, em todas as suas variações no tempo e no espaço, e em todas as suas relações com outros sistemas, econômico, social, político e cultural, no meio circundante. (DARNTON, 2010 [1990], p. 126).

Vê-se que, em se tratando de produção de sentidos, o artifício utilizado pela História do Livro, na figura de Darnton, é pobre, ainda que haja um esforço para a correlação com outros sistemas além do pertinente ao livro: leva-se em conta uma transmissão (complexa) entre pensamento e texto, texto e impresso, impresso e pensamento, resumindo-se os trabalhos de escrita-edição-leitura. A palavra-chave aí é *transmissão*. Talvez justamente por isso o autor se depare com uma dificuldade: “[...] em vista do atual estado da documentação, não é possível saber quem eram os leitores de Voltaire nem como respondiam a seus textos. A leitura continua a ser o estágio no circuito dos livros que oferece maiores dificuldades de estudo” (DARNTON, 2010 [1990], p. 136). Independentemente de se saber quem eram empiricamente os leitores de Voltaire, é possível encarar a questão da leitura de uma maneira que enfatize não as pessoas, mas os efeitos de sentido provocados pela leitura, bem como as inscrições em determinadas formações discursivas, o uso dos textos, seu lugar nas ideologias em circulação e no Estado. E investigar modos de leitura tem sido tarefa, no âmbito universitário, do curso de Letras.

Essa graduação⁸ – quer em seus bacharelados, quer em suas licenciaturas – tradicionalmente se ocupa de investigar os modos de escrita, de autoria, de leitura, de circulação das letras. De modo geral, e numa divisão bem simplória que basta para este artigo, a literatura já publicada é investigada pelas teorias da literatura, e as manifestações linguísticas que não necessariamente vão parar em livro ficam a cargo da Linguística. Entretanto, o objeto livro é negligenciado pelas duas áreas, seja pela falta de pesquisas, seja pela carência de enfoque nos cursos de Letras, seja pela escassez de práticas editoriais. “Livro” é tratado como sinônimo de “literatura”, quase como “gramática” é eventualmente tratado como sinônimo de “língua”. Nas palavras de Darnton (2010 [1990], p. 149), “Os livros, quando tratados como objetos de estudo, também se recusam a ficar confinados dentro dos limites de uma única disciplina. [...] Pela sua própria natureza, portanto, a história dos livros deve operar em escala internacional e com método interdisciplinar”.

Se as Letras negligenciaram esse objeto, outros domínios do conhecimento não hesitaram em mobilizar teorias linguísticas e literárias para estudá-lo. No volume inaugural do periódico *Book History*, publicado pela Sociedade para a História da Autoria, da Leitura e da Publicação – uma rede internacional de pesquisadores em História do Livro e outros domínios do conhecimento –, os editores Ezra Greenspan e Jonathan Rose (1998, p. ix, tradução nossa) definem o seu escopo:

Nosso campo de trabalho é toda a história da comunicação escrita: a criação, a disseminação e os usos da escrita e da impressão em qualquer meio, como livros, jornais, periódicos, manuscritos e impressos efêmeros. Exploraremos a história social, cultural e econômica da autoria, da publicação, da impressão, das artes gráficas, dos direitos autorais, da censura, do comércio e da distribuição de livros, das livrarias, do letramento, da crítica literária, dos hábitos de leitura e da recepção do leitor. Nossas páginas estão abertas a acadêmicos e não acadêmicos e a pesquisadores de história, literatura, sociologia, economia, artes visuais, educação, estudos clássicos, comunicação, jornalismo, religião e antropologia [...].⁹

Ao intitular-se *Book History* e acolher saberes e estudiosos vinculados àquilo que, no Brasil, está disciplinarizado nas Letras como área de saber, a revista faz jus ao argumento da

⁸ Falamos em nível de graduação amparados na legislação. Como veremos, a regulamentação dos cursos de graduação incide sobre a disciplinarização e a institucionalização de campos do saber.

⁹ No original: “Our field of play is the entire history of written communication: the creation, dissemination, and uses of script and print in any medium, including books, newspapers, periodicals, manuscripts, and ephemera. We will explore the social, cultural, and economic history of authorship, publishing, printing, the book arts, copyright, censorship, bookselling and distribution, libraries, literacy, literary criticism, reading habits, and reader response. And in so doing, we will freely disregard disciplinary and professional boundaries. Our pages are open to academics and nonacademics, to scholars of history, literature, sociology, economics, art, education, the classics, communications, journalism, religion, and anthropology [...].”

interdisciplinaridade e legítima, na História do Livro, o interesse por ideias linguísticas e literárias. Isso porque, mais do que divulgar informações, periódicos constituem e fazem circular saberes de/em espaços de legitimação (eventos, graduações, pós-graduações, grupos de pesquisa) e isso produz dados efeitos a partir das condições em que se dá. Periódicos são espaços fundamentais para a fundação/consolidação de disciplinas/teorias, haja vista, por exemplo, a própria *École des Annales*, que ganha esse nome em referência à revista fundada em 1929: *Les Annales d'Histoire Économique et Social*.¹⁰ Passa a ser História do Livro aquilo que é publicado na *Book History*. Em outras palavras, ao se disciplinarizar, a História do Livro não o faz prescindindo das teorias previstas na área de Letras.

No entanto, como vimos anteriormente, a escassez do livro como materialidade inscricional nos Estudos de Linguagem se deve mais a um enfoque predominante em distintos estratos de análise linguística e nos fenômenos linguísticos (e até mesmo literários) do que a um apagamento epistemológico do objeto. E esforços têm sido feitos no sentido contrário. Falando de gestos de leitura, Michel Pêcheux (2014 [1982], p. 59-60, grifos do autor) chama a atenção para a divisão social do trabalho nas oficinas de reprodução dos textos:

Desde a Idade Média a divisão começou no meio dos clérigos, entre *alguns* deles, autorizados a ler, falar e escrever em seus nomes (logo, portadores de uma leitura e de uma obra própria) e *o conjunto de todos os outros*, cujos gestos incansavelmente repetidos (de cópia, transcrição, extração, classificação, indexação, codificação etc.) constituem também uma *leitura*, mas uma leitura impondo ao sujeito-leitor atrás da instituição que o emprega [...].

Ou seja, em AD, trata-se, mesmo que marginalmente, de questões do livro, assim como, em História do Livro, trata-se, ainda que não como objeto precípua, de questões linguísticas. Além de ser possível concluir, como vimos, que a imprensa faz multiplicar formas linguísticas que, por certo, impactam nos usos languageiros, cabe se pensar, numa História Discursiva dos Livros, também na questão da leitura, uma vez que, na História do Livro *stricto sensu*, ela é precariamente tratada:

O historiador do livro pode empregar suas noções de “públicos fictícios”, “leitores implícitos” e “comunidades interpretativas”. Mas ele também pode achar que suas considerações são um pouco estáticas no tempo. Embora os críticos saibam percorrer a história literária (e são muito fortes no século XVII inglês), eles parecem presumir que os textos sempre afetaram a sensibilidade dos leitores de uma mesma maneira. [...] A própria

¹⁰ Podemos dizer o mesmo, por exemplo, da Linguística Aplicada, em termos da relevância de periódicos na disciplinarização de uma área ou mesmo de uma teoria. Cf. SCHERER, 2003; DAHER; ROCHA, 2015.

leitura se transformou ao longo do tempo. [...] Com efeito, a tipografia, o estilo e a sintaxe determinam como os textos transmitem os sentidos. (DARNTON, 2010 [1990], p. 145).

As críticas de Darnton encontram razão, mas aqui também cabe criticar o próprio autor ao simplificar os processos interpretativos como mera *transmissão de sentidos*. Tal precariedade teórica na lide com a constituição, formulação e circulação de sentidos justifica nossa próxima seção, que busca responder à derradeira questão deste artigo: o que, nas/das Letras (levando-se em conta estudos linguísticos e estudos literários), aparece como disciplina para quem estuda livro? Em que cursos universitários? Sob que nomes?

4. Disciplinarização do objeto livro em cursos de Comunicação Social

(Infra)legislações de educação, ciência, tecnologia e cultura têm seu espaço no processo de disciplinarização, porque regulam as raízes, ramos e galhos da árvore do conhecimento de uma dada política científica nacional. Conforme o parecer CNE/CES 492/2001 (BRASIL, 2001, **negrito nosso**), “é mantida a referência básica às habilitações historicamente estabelecidas: jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda, radialismo, **editoração**, e cinema (assim como à sua denominação alternativa, cinema e vídeo)”. Portanto, um curso de Letras, apesar de poder legalmente promover um bacharelado voltado ao pensamento e à produção crítica de livros e outras mídias, não pode adotar o nome “editoração”. Isso significa discursivamente: ainda que, de modo geral, as profissões relacionadas ao campo editorial não sejam regulamentadas, o domínio disciplinar de sua formação o é – o objeto livro teria de ser explorado magnanimamente no curso de Comunicação Social.

Propomos, com isso, ir às grades curriculares da habilitação de Editoração/Produção Editorial do curso de Comunicação Social, donde fizemos um levantamento de disciplinas que suscitam, já em seus títulos, elementos literários ou linguísticos – atribuições do graduando em Letras.¹¹

¹¹ Há, nessa nossa entrada, algo como um “vício de origem”, que deporia contra este trabalho se não estivéssemos atentos a que a metodologia que propomos, por estar vinculada à Análise do Discurso, considera as condições de produção da própria pesquisa. Esse vício diz respeito a uma priorização por apresentarmos aqui grades curriculares contemporâneas, em suas últimas versões, sem um devido batimento com versões anteriores, com a história institucional, com a data de fundação de cada curso, com o regulamento de funcionamento dos cursos, com o tratamento em paralelo com cursos congêneres. Tudo isso era possibilidade de investigação, porém priorizamos tratar as grades contemporâneas em paralelo, o que também é fazer história... do tempo presente.

Quadro 1. Graduações em Comunicação Social

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	
Bacharelado em Produção Editorial	
<i>Disciplinas obrigatórias</i>	<i>Disciplinas optativas</i>
Linguagem Gráfica Língua Portuguesa I e II Linguagem Audiovisual I e II Redação Técnica I, II e III Expressão em Linguagens Digitais	Estudo da Língua Brasileira de Sinais I Redação Técnica IV
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	
Bacharelado em Produção Editorial	
<i>Disciplinas obrigatórias</i>	<i>Disciplinas optativas</i>
Leitura e Produção Textual I e II Semiótica da Comunicação	Filosofia da Linguagem Gêneros Literários Leitura em Língua Inglesa I e II Libras Língua Estrangeira I e II – Espanhol Língua Estrangeira I – Francês Linguística Contemporânea Linguística Geral Sociolinguística Tópicos de Língua Estrangeira Aplicados à Comunicação Tópicos de Linguística e de Literatura Aplicados à Comunicação
UNIVERSIDADE DE SAO PAULO (USP)	
Bacharelado em Editoração	
<i>Disciplinas obrigatórias</i>	<i>Disciplinas optativas</i>
Língua Portuguesa: Revisão de Texto I e II Cultura e Literatura Brasileira: Colônia Teorias e Práticas da Leitura Introdução à Ecdótica Cultura e Literatura Brasileira: Império Cultura e Literatura Brasileira: República	Ciências da Linguagem: Das Narrativas Ciências da Linguagem: Dos Discursos Métodos e Técnicas para Leitura Crítica Laboratório de Redação: Produção de Textos Acessíveis Literatura Brasileira Pós-Modernista Aspectos da Cultura e da Literatura Portuguesa
UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	
Bacharelado em Produção Editorial	
<i>Disciplinas obrigatórias</i>	<i>Disciplinas optativas</i>
Leitura Crítica	N/A

Leitura e Produção Textual	
Linguagem Audiovisual	
Normas e Usos da Língua Portuguesa	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tendo em vista esse levantamento, podemos concluir que há certa variação institucional quanto à presença de disciplinas nominalmente e legalmente relacionadas aos cursos de Letras: línguas vernácula e estrangeiras, linguística(s), linguagem(ns), literatura(s), teoria(s) literária(s), teorias linguísticas específicas, entre outras. Notemos que a presença dessas disciplinas é relativamente heterogênea no que tange a filiações teóricas: há, numa instituição, uma divisão cronológica da literatura, e, ao mesmo tempo, há, em outra, estudo de gêneros da literatura. Os Estudos de Linguagem apresentam ancoragens na Sociolinguística, mas também em teorias da narrativa e do discurso e em Semiologia – a grade curricular da UFRJ, como vimos, registra Linguagem Gráfica, Linguagem Audiovisual etc. A inclusão dessas disciplinas ainda se apresenta flutuante no que diz respeito à sua classificação como obrigatórias ou complementares/optativas. Além do mais, a presença de disciplinas como Língua Portuguesa I e II (UFRJ), Língua Portuguesa: Revisão de Texto I e II (USP) e Normas e Usos da Língua Portuguesa (Universidade Anhembi Morumbi) aponta para um imaginário de que os Estudos de Linguagem, num curso de formação para o estudioso/profissional do livro, devem ser mobilizados mormente para o aprendizado da norma-padrão, instrumentalizando o conhecimento linguístico, a metalinguagem, os saberes sobre a língua.

Já em relação à presença de disciplinas que formulem saberes sobre literatura, a oscilação também se faz presente. Muito embora “livro” e “literatura” sejam tomados, não raro, como sinônimos, no modo como o objeto livro é disciplinarizado no curso de Comunicação Social, isso não é da ordem da evidência. Isso pode se dever a uma série de fatores: desde a significação da Editoração como disciplina que abarca a publicação não apenas de livros de literatura, mas também de outros tipos de obras, até o próprio questionamento de que literatura deveria ser estudada (a do cânone ou a mercadológica?). Não nos ateremos a esses aspectos neste artigo.

Tal cenário curricular que levantamos tão brevemente mostra tão somente que não há uma unanimidade ou mesmo um discurso dominante quanto a como devem se comportar os saberes oriundos do campo de Letras no currículo da habilitação de Editoração/Produção Editorial. Pensando em efeitos, é possível concluir que a formação científica-técnica-

profissional do sujeito que trata de livros no setor editorial não é padronizada no que tange a disciplinas de caráter linguístico e literário. Isso não é demérito (nem caberia a nós aqui apontar se é ou não), é apenas considerar efeitos de formação. Em termos de efeitos para a disciplinarização, aí, sim, podemos considerar que talvez o processo comentado anteriormente, na fundação da revista *Book History* – processo de inclusão/inserção/disposição dos saberes tradicionalmente provenientes do campo que, no Brasil, chamamos de Letras, de modo que a formação científica-técnica-profissional seja interdisciplinar –, não veja correlato na disciplinarização do objeto livro no Brasil. Sim, é possível dizer que a interdisciplinaridade é fundante nesses cursos, entretanto não se pode afirmar que os saberes linguísticos e literários frequentemente inelutavelmente essa interdisciplinaridade, uma vez que a flutuação de sua presença é identificável na comparação entre currículos.

Para além dessa presença, ao analisar a disciplinarização da Comunicação Social no Brasil, especificamente o modo como a Linguística entra nas suas grades curriculares, Telma Domingues da Silva destaca não só a instrumentalização de ideias e teorias linguísticas – sobretudo o estruturalismo, em diálogo com a teoria da informação –, mas também um recorte específico feito dos estudos linguísticos quando lidos pela Comunicação Social institucionalizada nas universidades, responsável pela formação dos chamados “profissionais da linguagem”.

[...] a partir dessa instrumentalização pela área das Comunicações, a Linguística fica “traduzida” como Semiótica: é esse sentido da Linguística que interessará a *toda* a área de Humanas. § Assim ao serem mobilizados os estudos linguísticos em função das Comunicações, a área de Língua e Literatura sofre uma desestabilização (SILVA, 2005, p. 73).

Dito isso, talvez não seja exagerado afirmar que os profissionais do livro formados nesses cursos atuem como linguistas populares (PAVEAU, 2018 [2008]), inscritos em algum tom de nuance entre a baixa formação (o que deixa seu tratamento dos fenômenos linguageiros legado basicamente à desconfiança, à “intuição”, à “preocupação”, nas palavras de Marie-Anne Paveau) e a formação mais avançada (o que também não garante que a posição discursiva profissional do livro seja a de um linguista com formação, mas fornece condições de possibilidade institucionais para tal).

Movimentos similares de recorte dos Estudos de Linguagem ocorrem na área de Letras: por exemplo, ao se disciplinarizar como saber e técnica filológica, a Crítica Textual *stricto sensu* convoca a História do Livro e a Produção Editorial para lançar as bases teórico-

metodológicas dos tipos de edição que lhe são próprios. Tais saberes também comparecem em outros domínios, ainda que com alguma flutuação, como vimos na Comunicação Social. Explorando explicitamente essa interdisciplinaridade, graduações em Letras, tanto no Brasil como no exterior, têm sido fundadas e fundado um programa de formação em estudos sobre o livro. Mais do que revisitar o aparelho conceitual e metodológico da área, esses cursos institucionalizam e legitimam um olhar outro, periférico há décadas – embora não possamos afirmar que não o seja ainda hoje.

5. Os cursos de Letras e Línguas

Observando, a seguir, as grades curriculares de tais cursos, destacamos as disciplinas que resgatam saberes linguísticos, que é onde se enquadram nossas questões mais prementes, uma vez que nos filiamos a uma teoria que, no Brasil, se disciplinarizou nas Letras: a Análise do Discurso. Apresentamos, então, dois recortes curriculares de universidades brasileira e um de uma universidade portuguesa, no sentido de estabelecermos possíveis comparações e contrastes.

Quadro 2. Graduações em Letras

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS (CEFET-MG)	
Bacharelado em Tecnologias da Edição	
<i>Disciplinas obrigatórias</i>	<i>Disciplinas optativas</i>
Linguística Histórica Estudos de Linguagem I (Língua e Linguagem), II (Aspectos Fonomorfológicos da Língua), III (Aspectos Sintáticos da Língua), IV (Aspectos Semântico-Pragmáticos da Língua), V (Fundamentos de Linguística Textual) e VI (Fundamentos de Análise do Discurso) Oficina de Texto Acadêmico Sociolinguística Oficina de Leitura e Produção de Textos I, II e III Teorias do Signo Oficina de Leitura e Produção de Textos em Língua Estrangeira I, II, III e IV Leitura de Imagens	Estudo da Língua Brasileira de Sinais I Redação Técnica IV

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)	
Bacharelado em Edição	
<i>Disciplinas obrigatórias (núcleo comum)</i>	<i>Disciplinas obrigatórias (núcleo específico)¹²</i>
Fundamentos de Fonética Fundamentos de Fonologia e Morfologia Fundamentos de Linguística Comparada Fundamentos de Sintaxe Oficina de Texto: Introdução aos Gêneros Acadêmicos Oficina de Texto: Língua, Texto e Discurso Fundamentos de Semântica Fundamentos de Pragmática Língua Estrangeira Oficina de Texto: Introdução à Pesquisa Científica	Análise do Discurso
UNIVERSIDADE DE AVEIRO (UA, Portugal)	
Licenciatura em Línguas e Estudos Editoriais	
<i>Disciplinas obrigatórias</i>	<i>Disciplinas optativas</i>
Língua Portuguesa I e II Inglês I, II, III, IV, V (Técnicas de Expressão) e VI (Técnicas de Expressão) Língua Estrangeira ¹³ I, II, III, IV, V (Técnicas de Expressão) e VI (Técnicas de Expressão)	Introdução às Ciências da Linguagem

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em comparação com os cursos de Comunicação Social, vemos mais presença e organicidade na mobilização dos Estudos de Linguagem nas linhas brasileiras em Edição em Letras: Cefet-MG e UFMG, por exemplo, dispõem de organizações muito similares – desde as disciplinas de fundamentos nos diversos níveis de análise linguística às oficinas de produção textual. Essa presença diz de um olhar para a formação dos “profissionais da linguagem” que não dispensa uma base avançada de saberes linguísticos. Também põe em funcionamento uma institucionalização que já “faz escola”: situados no mesmo estado, com docentes que circulam intensamente pelos mesmos estabelecimentos de ensino e pesquisa e

¹² As habilitações previstas para o curso de Letras na UFMG são várias, de modo que o conjunto de optativas e eletivas em Estudos de Linguagem disponíveis ao estudante é muito extenso e numeroso. Por isso, decidimos não as elencar aqui, mas dar a saber sua existência e quantidade.

¹³ O plano curricular prevê três percursos (duplas habilitações): Inglês e Alemão; Inglês e Espanhol; Inglês e Francês. Essa disciplina que nomeamos “Língua Estrangeira” se adequará ao percurso escolhido, isto é, se Inglês e Alemão, por exemplo, serão obrigatórias as disciplinas Alemão I, II, III, IV, V e VI.

que têm como paisagem ambientes institucionais congêneres, tanto o Cefet-MG quanto a UFMG vão dando um tom que vai se inscrevendo em discursividades semelhantes na disciplinarização do objeto livro.

Por outro lado, a licenciatura em Línguas e Estudos Editoriais da UA reserva aos Estudos de Linguagem apenas uma optativa (“Introdução às Ciências da Linguagem”), enquanto o currículo obrigatório é ocupado sobretudo por disciplinas de línguas vernácula e estrangeiras. Com o objetivo de “proporcionar empregabilidade” (UA, 2016) aos egressos, o plano curricular é significado pelo discurso mercadológico – não à toa, por exemplo, Inglês (e outra língua estrangeira de escolha do aluno) comparece seis vezes ao longo do currículo, mais do que o próprio vernáculo lusitano. Além disso, a obrigatoriedade da disciplina “Gestão de Empresas” fortalece tal leitura. Ressalvadas as diferenças entre as estruturas curriculares brasileiras e portuguesas, a licenciatura em questão parece compartilhar da ideia de que a formação em Edição deve privilegiar saberes instrumentalizados, para aplicação no mercado de trabalho. Há, com isso, uma contraposição a disciplinas que tão pouco soam mercadológicas nas instituições brasileiras, como Oficina de Texto: Introdução à Pesquisa Científica (UFMG) e Oficina de Texto Acadêmico (Cefet-MG). A licenciatura em Línguas e Estudos Editoriais, embora confira título que soa como o de Letras no Brasil, retumba sentidos de uma instrumentalização dos Estudos de Linguagem, tal qual cursos de Comunicação Social já abordados mais atrás.

6. Dois casos à parte: nem Letras nem Comunicação Social, muito pelo contrário

Conforme dissemos anteriormente, as (infra)legislações que regulamentam o funcionamento da formação científico-profissional em diversos níveis (mas principalmente num enfoque nacional) resvalam sobre a disciplinarização de um dado conhecimento. No caso aqui em tela, na disciplinarização do objeto livro. Temos à frente dois exemplos a serem expostos: um canadense, o *minor* em Print and Digital Publishing; outro francês, a *licence professionnelle* Métiers du Livre: Édition et Commerce du Livre. Nesse terceiro levantamento, procedemos como no anterior: selecionamos as disciplinas (e, no segundo caso, os *contenus pédagogiques*) que ecoam, em seus títulos e conteúdos disponibilizados em materiais oficiais, sentidos que produzam imagem dos Estudos de Linguagem, mas também incluímos sequências de que trajetória acadêmica tanto o *minor* quanto a *licence professionnelle* fazem parte. Explicando: essas vertentes de formação universitária, nos países em que existem, compõem formações acadêmicas anteriores, sendo continuções delas ou internas a elas. Nem

a canadense nem a francesa representam um primeiro estágio da vida universitária: há pré-requisitos para que um estudante possa cursar tanto uma quanto outra. Não entraremos em detalhes quanto ao funcionamento minucioso dessas formações, mas importa dizer que ambas permitem que interessados que já tenham um trajeto pregresso tanto em Letras/Línguas/Linguagem quanto em Comunicação/Informação e Comunicação, assim como em Artes (entre outras), ingressem nos estudos sobre o livro, cada um a seu modo. Vale mencionar também que, em ambas as vertentes de formação, não se fecham as possibilidades de passado acadêmico a apenas esses percursos elencados acima, conforme destacamos com o advérbio “*especially*” na sequência da universidade canadense e com as reticências na sequência da universidade francesa. Advérbio e pontuação, nesse caso, produzem o mesmo efeito: de não tamponamento das formações prévias possíveis. Vejamos:

Quadro 3. Casos à parte

SIMON FRASER UNIVERSITY (SFU, Canadá)
Undergraduate Minor in Print and Digital Publishing¹⁴
<i>Disciplinas optativas restritas (ler nota 15)</i>
Communication and Language (3) Introduction to English Vocabulary Analysis (3) Language, Culture and Society (3) ¹⁵
UNIVERSITÉ DE PARIS-DESCARTES (França)
Licence Professionnelle Métiers du Livre: Édition et Commerce du Livre¹⁶
<i>Conteúdos de disciplinas obrigatórias</i>
Langue de Spécialité: Anglais (conteúdo interno à disciplina Savoir Communiquer)

¹⁴ “Esse *minor* é de orientação aplicada e direciona-se **para estudantes com majors declarados em outros temas, especialmente Inglês, Artes Interativas e Comunicação**”¹⁴ (SFU, 2020, tradução e destaques nossos). No original: “This minor has an applied orientation and it is targeted **at students with declared majors in other subjects, especially English, interactive arts, and communication**”.

¹⁵ Essas disciplinas são chamadas de “*lower division requirements*”. Para concluir a graduação *minor*, o estudante precisa ser aprovado em 12 créditos de *lower division* num rol de 13 disciplinas, cada uma com 3 créditos. Ou seja: o interessado precisa cursar quatro disciplinas dentre essas 13. Seis (6) delas são específicas da área de publicações, como The Publication of Self in Everyday Life, Publication Design Technologies, The Publication of the Professional Self etc. Duas (2) delas são de comunicação. Uma (1) de economia. Uma (1) de artes. E essas três (3) de Estudos de Linguagem.

¹⁶ “A formação é voltada aos estudantes titulares de um bac+2 ou 120 ECTS (formação concentrada nos negócios do livro: DUT [diplômes universitaires de technologie] e DEUST [diplômes d’études universitaires scientifiques et techniques] em Negócios do Livro, BTS [brevet de technicien supérieur] em Edição, diploma em Negócios Artísticos; **L2 em Ciências Humanas e Sociais, Letras, Línguas, Artes e Mediação Cultural, Informação e Comunicação...**”) (UNIVERSITÉ DE PARIS-DESCARTES, 2020, tradução e destaques nossos). No original: “La formation s’adresse aux étudiants titulaires d’un bac+2 ou 120 ECTS (formation centrée sur les métiers du livre : DUT et DEUST Métiers du livre, BTS Édition, diplôme des métiers d’art ; **L2 Sciences humaines et sociales, Lettres, Langues, Arts et médiation culturelle, Information et Communication...**”).

Linguistique et Sémiologie Appliquées (conteúdo interno à disciplina Connaissances Fondamentales et Culture Contextuelle)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Selecionamos apenas duas instituições de ensino superior que oferecem esses cursos, mas, no Canadá e na França, tal *minor* e tal *licence professionnelle* não são cursos raros e encontram congêneres em outras universidades. Nosso ponto aqui é mostrar como a disciplinarização do objeto livro se mostra diferentemente com uma organização do conhecimento que também se coloca diversa da brasileira (e mesmo da portuguesa), por questões que vão do aparelho legal de regulamentação da formação científico-profissional de nível superior à própria historicidade do objeto livro nos países, em concomitância com a imagem que se faz do profissional do livro e também dos cursos superiores que lidam com sua formação. É interessante notar, entretanto, dois pontos nas disciplinas/conteúdos elencados acima: tanto na universidade canadense quanto na francesa, a língua inglesa comparece como objeto a ser conhecido de algum modo. Nesse sentido, esses cursos entram num mesmo movimento parafrástico de outros já mostrados anteriormente, que colocam a língua inglesa como indispensável na formação de um profissional ou pesquisador do livro. Podemos dizer que isso se dá por uma profunda dependência que o mercado internacional do livro tem do mercado estadunidense, o que já está muito bem-trabalhado em diversos outros estudos que se debruçam sobre os mais variados objetos.

O segundo ponto que destacamos é que, embora não haja excessivo número de disciplinas de Estudos de Linguagem nesses currículos, as que há nos parecem se abrir para algo além de uma instrumentalização. Com disciplinas/conteúdos como Language, Culture and Society e Linguistique et Sémiologie Appliquées (e não entendemos esse “aplicadas” pejorativamente, pelo contrário), esses cursos pressupõem abordagens críticas no âmbito dos Estudos de Linguagem. Proporcionalmente, essas disciplinas/conteúdos têm certo peso no currículo dos cursos. A mobilização dos Estudos de Linguagem, nesses casos, não está restrita a um conhecimento normativo sobre a língua vernácula, por um lado, e sobre a língua inglesa, por outro. Relaciona-se também com pensar o livro com suas materialidades linguística e não linguística, com sua inscrição em dada formação social, em dados valores culturais. Mesmo fora de um curso de Letras.

Últimas páginas

Nos primeiros dias de agosto de 2020, o então ministro da Economia do Brasil, Paulo Guedes, leva a público o projeto de taxar livros em sua futura reforma tributária, sob o argumento de que eles seriam objetos, produtos de elite. Independentemente da aprovação desse projeto, a mera projeção dessa imagem contribui para que esse seja o sentido dominante para o livro.

No trabalho que desenvolvemos mais atrás, tentamos (1) mostrar como pensar criticamente o livro pelo viés da Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas, com algo que estamos denominando de História Discursiva dos Livros; (2) empreender já uma reflexão crítica sobre como os livros têm sido disciplinarizados no Brasil (e, contrastivamente, em outras nações), em suas relações com os Estudos de Linguagem principalmente; (3) dar a ver como é possível que a disciplinarização desse objeto se concentre não em cursos de Comunicação Social, não em cursos de Letras, mas em outros funcionamentos da capacitação técnico-científico-profissional, o que nos leva a minimamente questionar por que há uma defesa muitas vezes tão fervorosa de que o livro não deve figurar como objeto do curso de graduação X ou Y.

Enunciados como o de Paulo Guedes e como os que mostramos mais atrás, nas três sequências discursivas que abrem este artigo, fazem com que trabalhos como o nosso se tornem muito avançados, mais do que efetivamente são. Vivemos um outro tipo de biblioclastia, em que os livros não devem temer o fogo, as fogueiras, a chuva, as intempéries, os terremotos ou mesmo a censura prévia: aquele em que sua destruição vem de sua desvalorização como objeto simbólico, ou da promoção da estupidez de alguns livros, de alguns títulos. Paradoxalmente, o livro prossegue como objeto sacralizado, mas que não deve ser tocado. Isso também é uma morte, uma destruição.

E o que isso tem a ver com a disciplinarização desse objeto nas universidades? Ao fim e ao cabo, as posições-sujeito imediatamente responsáveis por fazer o livro também podem formular discursos em sua defesa. São essas posições-sujeito a ponta de lança em defesa do livro. Interessa-nos saber com base em que sustentação teórica (e mesmo disciplinar) o farão. São eles, nas palavras de Burke (2012 [2012], p. 202ss), os “trabalhadores do conhecimento: os facilitadores, como os gestores e os editores”. Buscamos conhecer, neste artigo, que conhecimento faz os trabalhadores do conhecimento.

Referências

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora Unicamp, 1992.
- BELO, A. *História & livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BENVENISTE, É. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. Tradução: Daniel Costa da Silva, Heloisa Monteiro Rosário, Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Verónica Galíndez-Jorge. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [2012].
- BRAGANÇA, A. António Isidoro da Fonseca, um precursor na história do livro brasileiro. In: MELO, J. M. de (org.). *Imprensa brasileira: personagens que fizeram história*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2009. v. 4. p. 41-52.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CES 492/2001*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 3 abr. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2020.
- BURKE, P. *Uma história social do conhecimento – I: de Gutenberg a Diderot*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003 [2000].
- BURKE, P. *Uma história social do conhecimento – II: da Enciclopédia à Wikipédia*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2012 [2012].
- CALVET, L.-J. *Histoire de l'écriture*. Paris: Hachette Littératures, 1996.
- COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução: Cristina de Campos Velho Birck et al. São Carlos: Edufscar, 2009.
- DAHER, A. *Oralidade perdida: ensaios de história das práticas letradas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- DAHER, D. C.; ROCHA, D. Afinal, como funciona a Linguística Aplicada e o que pode ela se tornar? *DELTA*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 105-141, 2015.
- DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1990].
- ESTEVES, P. M. da S. A precarização do trabalho e os “filas fixos”. *Observatório da Imprensa*, ed. 863, 11 ago. 2015. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/mercado-editorial/a-precarizacao-do-trabalho-e-os-filas-fixos/>. Acesso em: 9 ago. 2020.

ESTEVEES, P. M. da S. Uma história discursiva dos gentílicos nos títulos das enciclopédias brasileiras. In: GRIGOLETTO, E.; NARDI, F. S. de; SILVA SOBRINHO, H. F. da (org.). *Imaginário, sujeito, representações*. Recife: Editora UFPE, 2018.

ESTEVEES, P. M. da S.; MATTOS, T. A prática discursiva editorial: leitura monocromática, enciclopédias e precarização. *Caletrosópio*, Ouro Preto, v. 4, n. 7, p. 231-249, jul./dez. 2016.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. História das ideias linguísticas: origem, método e limitações. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, n. 16, p. 131-146, jan./jun. 2004.

FEBVRE, L.; MARTIN, H.-J. *O aparecimento do livro*. Tradução: Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. Posfácio: Frédéric Barbier. Posfácio à edição brasileira: Marisa Midori Deaecto. São Paulo: Edusp, 2017 [1958].

‘ESQUEÇAM o que escrevi’ é polêmica até hoje. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 out. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/10/13/mais!/7.html>. Acesso em: 11 ago. 2020.

GREENSPAN, E.; ROSE, J. An Introduction to Book History. *Book History*, v. 1, p. ix-xi, 1998.

GUILHAUMOU, J. *Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. Coordenação e organização da tradução: Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

MELO, S. J. de C. e. *Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*. 1755. Disponível em: https://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001 [1993].

PAVEAU, M.-A. Não linguistas fazem linguística? Uma abordagem antieliminativa das ideias populares. Tradução: Phellipe Marcel da Silva Esteves. *Policromias*, Rio de Janeiro, ano III, n. 2., p. 21-45, dez. 2018 [2008]. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/21267/12729>. Acesso em: 12 ago. 2020.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. Tradução: Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Editora Unicamp, 2014 [1982].

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Organização: Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SCHERER, A. A história e a memória da constituição do discurso da linguística aplicada no Brasil. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (org.). *O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula (língua materna e língua estrangeira)*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

SCHERER, A. Arquivos de língua. In: MEDEIROS, V. *et al.* (org.). *Almanaque de fragmentos: ecos do século XIX*. Campinas: Pontes, no prelo.

SIMON FRASER UNIVERSITY (SFU). Print and Digital Publishing Minor. Burnaby: SFU, 2020. Disponível em: <https://www.sfu.ca/students/calendar/2020/summer/programs/print-and-digital-publishing/minor.html>. Acesso em: 19 ago. 2020.

UNIVERSIDADE DE AVEIRO (UA). Licenciatura em Línguas e Estudos Editoriais. Aveiro: UA, 11 maio 2016. Disponível em: <https://www.ua.pt/pt/curso/35>. Acesso em: 18 ago. 2020.

UNIVERSITÉ DE PARIS-DESCARTES. Licence Professionnelle Métiers du livre : édition et commerce du livre. Paris: Université de Paris-Descartes, 2020. Disponível em: <https://www.iut.parisdescartes.fr/information-et-communication/licence-professionnelle-metiers-du-livre-edition-et-commerce-du-livre/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

VELOSO, C. Livros. In: VELOSO, C. *Livro*. [S. l.]: PolyGram, 1997.